

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR A REALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO, COM DESTAQUE PARA A SUPERLOTAÇÃO DOS PRESÍDIOS, CUSTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DESSES ESTABELECIMENTOS, A PERMANÊNCIA DE ENCARCERADOS QUE JÁ CUMPRIRAM PENA, A VIOLÊNCIA DENTRO DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA CARCERÁRIO, A CORRUPÇÃO, O CRIME ORGANIZADO E SUAS RAMIFICAÇÕES NOS PRESÍDIOS E BUSCAR SOLUÇÕES PARA O EFETIVO CUMPRIMENTO DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS.

REQUERIMENTO Nº , DE 2007
(do Sr. Raul Jungmann)

Requer seja realizada Audiência Pública, convidando os membros do Ministério Público dos Estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo para tratar de sua atuação institucional junto ao sistema carcerário brasileiro.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública, convidando os membros do Ministério Público dos Estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro para tratar de suas atuações institucionais junto ao sistema carcerário brasileiro, conforme a lista que segue:

- Espírito Santo – Ulysses Gusman
- Minas Gerais – Senhor José Alberto Sartório de Souza
- Pernambuco – Marcos Aurélio Dias da Silva
- Rio de Janeiro – Cristiano dos Santos Lajoia Garcia
- São Paulo – Iurica Tanio Okumura

JUSTIFICATIVA

O sistema carcerário se propõe a recuperar e reeducar os presos e prepará-los para retornar à sociedade e se tornarem produtivos, para que não reincidam em práticas delituosas.

Ocorre que o Brasil vive um estado de deterioração constante desse sistema. Milhares de presos cumprem pena de forma subumana, em celas superlotadas, apinhados uns sobre os outros, ficando a maior parte do tempo ociosos, movimentando-se apenas nas horas dos jogos de futebol. Não são assistidos por assistência médico-odontológica, psicológica e nem por assistentes sociais que trabalhem junto a eles e a seus familiares. Resultado dessa conjugação de fatores, os presos voltam à sociedade, reincidindo em crimes de mesma natureza ou diverso do cometido anteriormente.

Sabe-se que o custo por apenado é bastante elevado, mas ainda assim, o *status* degradante e angustiante das instituições penitenciárias persiste.

A crise no sistema penitenciário deve ser considerada estrutural e exige uma reforma profunda na política para esse setor. Emergencialmente, há que se retomar o princípio da autoridade e a disciplina prisional por meio de itens de segurança como a fiscalização eletrônica e supervisionada, de pessoas, encomendas, em caráter permanente, para, assim, deter o ingresso de armas, drogas e celulares; limitação de visitas, em quantidade de pessoas, em tempo de duração e em periodicidade; monitoração visual e sonora das visitas, respeitando-se, no entanto, o sigilo da entrevista com advogado regularmente constituído; proibição da estocagem de alimentos nas celas; dentre tantas outras reestruturações nesse processo de contato do preso com a sociedade.

Sabemos, a despeito de todas essas urgentes modificações, que a reformulação que se impõe exige determinadas mudanças legislativas, as quais esta Comissão se encontra ciente e disposta a trabalhar por um sistema mais humano.

Conforme entendimento desta CPI do Sistema Carcerário, um dos principais objetivos consiste na investigação das deficiências do sistema penitenciário, incluindo-se aí a superlotação dos presídios, detentos que já cumpriram pena, mas que continuam presos por falta da assistência de um advogado, corrupção e desorganização, domínio de facções criminosas, situação das mulheres encarceradas, custos e saúde no sistema penitenciário.

Como o roteiro de trabalho desta Comissão cuidará de incluir, não apenas visitas a instituições penitenciárias de todas as regiões do país, serão realizadas audiências com gestores da segurança pública nas várias esferas, avaliação dos atuais mecanismos de elaboração de estatísticas penitenciárias, análise de dados sobre população carcerária. Nesse sentido, o presente requerimento tem por objetivo convidar os Srs. representantes do Ministério Público dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo para prestarem esclarecimentos pertinentes à atual conjuntura carcerária no Brasil, especialmente no que diz respeito a suas atuações institucionais no tocante ao sistema carcerário de seus Estados e contribuir para o aperfeiçoamento da política de segurança pública.

Essa matéria é de relevância para o desenvolvimento sócio-econômico e fundamental para a segurança de nosso país, por essas razões aqui expostas, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste pleito.

Sala de reuniões em, de agosto de 2007

Deputado RAUL JUNGMAN
PPS/PE